

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

**PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA ZONA DE AMORTECIMENTO
ACERCA DE SUA RELAÇÃO COM A FLORESTA NACIONAL DE PASSO
FUNDO, BRASIL**

Joana Rita Galvão

Passo Fundo 2018

Joana Rita Galvão

**PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA ZONA DE AMORTECIMENTO
ACERCA DE SUA RELAÇÃO COM A FLORESTA NACIONAL DE PASSO
FUNDO, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador:
Carla Denise Tedesco

Passo Fundo, 2018

CIP – Catalogação na Publicação

- G182p Galvão, Joana Rita
Percepção dos moradores da Zona de Amortecimento acerca de sua relação com a Floresta Nacional de Passo Fundo, Brasil / Joana Rita Galvão. – 2018.
87 f.: il. color. ; 30 cm.
- Orientação: Dra Carla Denise Tedesco.
Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade de Passo Fundo, 2018.
1. Educação ambiental. 2. Proteção ambiental. 3. Meio ambiente. 4. Política ambiental. I. Tedesco, Carla Denise, orientadora. II. Título.

CDU: 504:37

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO



PPGCiAmb
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais
Instituto de Ciências Biológicas - ICB

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação:

“Percepção dos moradores da zona de amortecimento acerca de sua relação com a Floresta Nacional de Passo Fundo, Brasil”

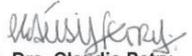
Elaborada por

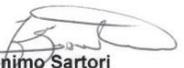
JOANA RITA GALVÃO

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
“Mestre em Ciências Ambientais”

Aprovado em: 17/08/2018
Pela Banca Examinadora


Profa. Dra. Carla Denise Tedesco
Presidente da Comissão Examinadora – UPF/PPGCiAmb


Profa. Dra. Cláudia Petry
Universidade de Passo Fundo – UPF/PPGCiAmb


Prof. Dr. Jerônimo Sartori
Universidade Federal da Fronteira Sul

DEDICATÓRIA

À Valentina, com seus olhos de pureza e esperança.
Olhos de quem um dia irá mudar o mundo.
Olhos de quem já mudou o mundo.
O meu mundo.
Todo meu amor e gratidão!

AGRADECIMENTOS

À Deus pela vida, pelo conforto e força por todos os momentos compartilhados nessa jornada.

À minha orientadora, professora Carla Denise Tedesco pelo acolhimento, comprometimento, parceria, pelas orientações, momentos de escuta, por acreditar em mim e tornar esse momento mais leve.

À minha família, em especial minha mãe, irmãs, cunhado, sobrinhos, tio e tia pelo apoio, por estarem sempre ao meu lado, mesmo que, por muitas vezes a distância impossibilitou nosso convívio físico, espiritualmente contribuíram de forma significativa para a realização desse sonho. Obrigada pela base e todo o amor incondicional e recíproco, o qual cultivamos com tanto prazer. Essa “equipe” com toda certeza é a melhor do mundo.

À Valentina, por me acompanhar, inspirar e permitir que todos os dias da minha vida sejam felizes e doces. Gratidão pela vida e por ser cúmplice em todas as etapas e processos dessa jornada tão instável e rica!

Aos colegas do Laboratório de Ecologia pela parceria, carinho e alegria cotidiana. Aos amigos mais recentes, pela parceria e tanta troca. Gratidão pelo incentivo, conversas e pela confiança naturalmente estabelecida!

Aos meus colegas de mestrado por poder compartilhar esse momento de grande aprendizagem, e em especial a Cassie, ao Felipe e ao Adriano, pela amizade e por partilharem informações e conhecimentos, tornando tudo muito mais fácil e prazeroso. Muito obrigada pela torcida, pelo colo, pelas discussões importantes, palavras de incentivo, pelas broncas, mimos e por todo o amor de sempre, mesmo na ausência física!

Aos participantes dessa pesquisa, pelo acolhimento e por compartilharem suas vivências no enriquecimento desse estudo.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais pela acolhida e pela oportunidade em viver essa experiência.

EPIGRAFE

“Nosso discurso diferente- nossa palavração- será dito por nosso corpo todo:

nossas mãos, nossos pés, nossa reflexão.

Tudo em nós falará uma linguagem criadora de vida.”

(Paulo Freire)

RESUMO

GALVÃO, Joana Rita. Percepção dos moradores da zona de amortecimento acerca de sua relação com a Floresta Nacional de Passo Fundo, Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) Universidade de Passo Fundo: UPF. Passo Fundo, 2018.

O processo histórico da criação de Unidades de Conservação no território brasileiro, comumente apresentou conflitos de interesse com as comunidades da zona de amortecimento gerando, em algumas situações, condições desarmônicas e ressentimentos entre os moradores e os gestores, e os objetivos da conservação. Para tanto, objetivou-se conhecer a percepção dos moradores em relação a Floresta Nacional de Passo Fundo buscando perceber a possibilidade de articular ações que venham ao encontro do plano de manejo e dos interesses da comunidade, e ainda descreveu-se aspectos socioambientais das propriedades estudadas. O estudo se caracterizou como uma pesquisa qualitativa, com abordagem de análise de conteúdo (Bardin, 2011). Os moradores foram selecionados a partir do banco de dados da Emater e Secretaria da Habitação do Município de Mato Castelhano. A pesquisa foi realizada a partir de um roteiro semi estruturado de entrevista, realizada presencialmente. Os procedimentos da entrevista estiveram de acordo com a Resolução da Saúde (510/16). As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Os dados foram analisados, estruturados em quatro categorias que surgiram a partir das falas dos participantes: Interação social; Conhecimento científico e informação; Apropriação do contexto legal e Sustentabilidade regional. A análise do conteúdo, permitiu desvelar que, atualmente, os moradores não percebem a existência de uma relação positiva entre a comunidade e a gestão da FLONA-PF, referindo em diferentes situações de conflitos, que perdura até os dias atuais. Da mesma forma, verificou-se que os moradores assumem como conhecimento científico, aquele relacionado ao processo produtivo, que é disseminado por empresas que comercializam insumos, acolhendo as informações que lhes são transmitidas a partir de dias de campo, visitas nas propriedades e ensaios a campo de produtividade/rentabilidade dos produtos. Além de reforçarem a viabilidade econômica da produção de transgênicos em relação ao plantio convencional. Em relação à apropriação do conhecimento legal, os moradores percebem e identificam a existência da legislação e a necessidade de fiscalização na área do entorno, no entanto, não concordam com a maneira como tem sido realizada e aplicada atualmente. Por fim, evidenciou-se que os entrevistados têm uma percepção controversa quanto à sustentabilidade, pois, na medida em que consideram importante e positiva a presença na FLONA-PF na comunidade, pela qualidade de vida que a floresta oferece, assim como, pela importância para a fauna e a flora, e para o futuro das gerações, não consideram problema o fato de adotarem a produção transgênicos, que são proibidos no entorno. Consideramos a partir deste estudo a necessidade de reconstrução da relação da comunidade com a Floresta, sugerindo a criação de estratégias que venham a melhorar o relacionamento no local, assim como, que venham a subsidiar alternativas ao desenvolvimento sustentável da região, como a criação de projetos de desenvolvimento

rural alternativos ao modelo convencional e projetos de educação socioambiental com a participação e inserção social da comunidade.

Palavras-chave: 1. Educação Socioambiental. 2. Percepção Ambiental. 3. Unidade de Conservação

ABSTRACT

GALVÃO, Joana Rita. Perception of the buffer zone residents about their relationship with Passo Fundo National Forest, Brazil. Dissertation (Master of Science in Environmental) University of Passo Fundo: UPF. Passo Fundo, 2018.

The historical process of the creation of Conservation Units in Brazilian territory has commonly presented conflicts of interest with the communities of the buffer zone generating, in some situations, disharmonious conditions and resentments among residents, managers, and conservation objectives. In order to do so, it was aimed to know the perception of the residents in relation to Passo Fundo National Forest seeking to understand the possibility of articulating actions which are according to the management plan and the community interests, as well socioenvironmental aspects of the studied properties were also described. The study was characterized as a qualitative research with a content analysis approach (Bardin, 2011). Residents were selected from EMATER and Secretaria da Habitação do Município de Mato Castelhano databases. The research was performed by a semi structured interview script, carried out in person. The interview procedures were in accordance with the health resolution (510/16). The interviews were recorded in audio and later transcribed. The data were analyzed and structured into four categories that emerged from the participants' speeches: social interaction; scientific knowledge and information; legal context appropriation and regional sustainability. The content analysis, made it possible to reveal that, currently, the residents do not realize the existence of a positive relationship between the community and the FLONA-PF management, stating it in different conflict situations to the present days. The same way, it was verified that the residents assume as scientific knowledge, the one related to the productive process, which is disseminated by companies of market inputs, receiving the information which is transmitted to them since field days, visits to the properties and field trials of productivity/profitability of the products. In addition to strengthening the economic viability of transgenic production in relation to conventional planting. Considering legal knowledge appropriation, residents realize and identify the legislation existence and the need for inspection in the surrounding area. However, they do not agree with the way it has been carried out and applied today. Finally, it was evidenced the interviewed have got a controversial perception regarding sustainability, because they consider important and positive the presence of FLONA- PF in the community, concerning quality of life the forest offers, as well as the importance of fauna and flora for the future of the generations, but they do not consider a problem the fact of adopting the transgenic production, which is prohibited in the surroundings. We have considered from this study the need to reconstruct the community relationship with the forest, suggesting the creation of strategies which will improve the relationship in the place as well as subsidize alternatives to sustainable development of the region, such as the creation of alternative rural development projects to the conventional model and socio-

environmental education projects with the participation and social insertion of the community.

Keywords: 1. Socio-environmental Education. 2. Environmental perception.
3. Conservation Unit

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DDT	Dicloro-Difenil-Tricloro-Etano
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FLONA	Floresta Nacional
FLONA-PF	Floresta Nacional de Passo Fundo
Ha	Hectares
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INP	Instituto Nacional do Pinho
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NEPA	Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SMA	Secretaria do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UC	Unidades de Conservação
ZA	Zona de Amortecimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO DA LITERATURA	17
2.1 <i>Unidades de Conservação – categoria Floresta Nacional</i>	17
2.2 <i>Sustentabilidade em áreas protegidas</i>	23
2.3 <i>Percepção Ambiental</i>	28
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	34
ANEXO	41
Anexo A- Termo de Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa	42
APÊNDICES	46
Apêndice A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	47
Apêndice B- Termo de Compromisso para Utilização dos Dados	50
Apêndice C- Roteiro de entrevista	52

1 INTRODUÇÃO

A ideia de conservação da natureza tem requerido pensar a manutenção de áreas naturais com pouca ou nenhuma alteração causada pelo homem. Uma das alternativas para a conservação foi a criação de áreas protegidas, que são espaços territoriais legalmente protegidos. Em muitos países estes espaços e seu entorno normalmente estão associados a restrições legais no uso do solo o que potencialmente cria conflitos com a população. No Brasil, as principais modalidades de áreas protegidas são as Unidades de Conservação, que majoritariamente estão inseridas no meio rural e numa matriz essencialmente agropecuária.

A administração de conflitos de interesses entre comunidades de produtores e comunidades tradicionais do entorno dessas unidades, em geral, é papel da gestão das Unidades de Conservação. Por isso é de suma importância o estudo da percepção ambiental de comunidades onde existem ou serão implantadas Unidades de Conservação ou qualquer outro tipo de empreendimento, pois possibilita levantar informações relevantes para tais comunidades, para os empreendedores, para gestores, assim como para que os processos de gestão do espaço ocorram sem prejuízos para o meio ambiente.

A percepção é inerente a cada ser humano, que percebe, reage e responde de forma diferente tanto às relações interpessoais quanto às ações sobre o meio (RODRIGUES *et.al.* 2012). São os valores presentes nas manifestações resultantes da percepção, cultura, história, religião, classe social – que influenciam diretamente na relação com o mundo, o que explica que indivíduos atuantes em um mesmo grupo social expressem atitudes e pensamentos distintos.

Nesta direção, torna-se muito pertinente buscar informações junto à comunidade do entorno quanto ao seu entendimento da relação sociedade-natureza. Trabalhando a percepção de lugar, de meio ambiente e de problemas socioambientais é possível refletir sobre outras estratégias que possam subsidiar ações sustentáveis nas unidades de conservação e em sua zona de amortecimento (QUEIROZ, 2013).

Ao falar de percepção ambiental, é preciso diferenciar entre sensação, percepção e cognição: sensação significa que há um órgão corporal para a realização da percepção, enquanto percepção tem o sentido de apreensão de uma realidade sensível, acrescida de uma significação, e cognição tem a conotação de conhecer-se e construir o objeto de conhecimento (OLIVEIRA, 2002).

Nesse contexto, o interesse na natureza pode ser pensado como um processo dinâmico que envolve, o próprio tempo, mudança de sentimentos, pensamentos, atitudes e interações dos agricultores com o ambiente. O custo de adoção de determinadas práticas sustentáveis representa o valor de um serviço de conservação ambiental oferecido pelo próprio agricultor (CUNHA *et.al.*, 2014).

Nesse sentido, surgiu o interesse pelo desenvolvimento do estudo, considerando a trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora, relacionado à temática, pois evidenciou-se no decorrer do programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, a importância em se conhecer a percepção de moradores do entorno de Unidades de Conservação, considerando os inúmeros conflitos que circundam essas áreas protegidas. Escolheu-se a Zona de Amortecimento da Floresta Nacional de Passo Fundo, localizada nos municípios de Mato Castelhano e Marau, por dois motivos, primeiramente, por estar situada na região e, por apresentar em seu contexto histórico, inúmeros conflitos que comprometeram o relacionamento da comunidade local com a floresta.

Nessa direção, o reconhecimento das percepções torna-se extremamente relevante para fornecer subsídios ao processo de sustentabilidade das unidades de conservação ambiental, especificamente, da FLONA- Passo Fundo.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivos, conhecer a percepção dos moradores em relação a Floresta Nacional de Passo Fundo, bem como, as relações que envolvem esse entorno, identificando assim a possibilidade de articular ações que venham ao encontro do plano de manejo e dos interesses da comunidade e ainda, descrever os aspectos socioambientais das propriedades estudadas.

A dissertação foi organizada com uma introdução, revisão de literatura, capítulo, considerações finais, referências, anexo e apêndices. O capítulo é apresentado como

artigo de acordo com as orientações para submissão à Revista Ambiente e Sociedade. Nas referências são apresentadas todas a literatura consultada incluindo as citadas na introdução, na revisão da literatura e no capítulo. Como anexo é apresentado o Termo de Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa. Como apêndices estão incluídos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o Termo de Compromisso para Utilização de Dados e o Roteiro de Entrevista.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Unidades de Conservação – categoria Floresta Nacional

A ideia de conservação da natureza tem requerido pensar a manutenção de áreas naturais com pouca ou nenhuma alteração causada pelo homem, ou seja, conservar, significa manter e ter a possibilidade de recuperar espaços para conservação, na perspectiva da Convenção da Diversidade Biológica proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário (BRASIL, 1997).

Anterior a esta Convenção, o marco inicial da conservação de áreas no mundo foi a criação do Parque Nacional de *Yellowstone* nos Estados Unidos em 1872. Vários países seguiram esta prática, inclusive o Brasil, cujas primeiras áreas protegidas foram o Parque Estadual de São Paulo em 1896 e o Parque Nacional de Itatiaia em 1937 (CÂMARA, 2002; MAGNANINI, 2002, apud MILANO, 2002).

De acordo com Becker (2009), novos componentes ampliam o desafio de compreender e gerir as áreas protegidas, caracterizadas no Brasil como unidades de conservação (BRASIL, 2006), a autora afirma que entre os questionamentos estão os sobre sua finalidade. Este questionamento origina-se nas próprias populações por elas afetadas em suas demandas de melhoria de condições de vida, uma vez que a preservação não é vista como geradora de riqueza, trabalho, renda, habitação e serviços necessários para alcançar as melhorias desejadas.

As Unidades de Conservação, na atualidade, representam uma das formas de (re) ordenamento territorial e ambiental, visto que estes espaços têm como princípio “reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade” (VALLEJO, 2002, p. 57).

A criação de Unidades de Conservação (UCs) pelo poder público é uma estratégia de conservação *in situ* da biodiversidade, principalmente, quando acompanhada

de um planejamento que possibilite o monitoramento das ações, das ameaças, dos avanços e da efetividade da gestão das UCs (GANEM, 2010).

O Decreto n. 1.298, de 27 de outubro de 1994, que instituiu o regulamento das Florestas Nacionais, em seu 1º artigo, descreve as FLONAS como áreas de domínio público, providas de cobertura vegetal nativa ou plantada, que são estabelecidas com os seguintes objetivos: I - promover o manejo dos recursos naturais, com ênfase na produção de madeira e outros produtos vegetais; II - garantir a proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas e dos sítios históricos e arqueológicos; III - fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica básica e aplicada, da educação ambiental e das atividades de recreação, lazer e turismo (ICMBio, 2011).

A partir da aprovação da Lei 9.985/2000, que implementou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as unidades foram categorizadas em dois grupos: as de proteção integral e as de uso sustentável. Na primeira categoria o objetivo principal é a proteção da natureza, admitindo-se o uso restrito dos recursos naturais (visitação, pesquisa científica e Educação Ambiental); na segunda categoria, o objetivo primeiro é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (extrativismo, coleta e manejo ambiental) (BRASIL, 2000).

É importante frisar que as Unidades de Uso Sustentável, são espaços protegidos em menor intensidade permitindo o uso direto de parte dos recursos naturais (BRASIL, 2000), sendo que o objetivo nesta última categoria não é a preservação da natureza, mas sim o manejo sustentável dos recursos.

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável, podem se constituir numa forma efetiva de proteção da biodiversidade e dos recursos naturais aliadas à produção sustentável e à agricultura. Cumprem uma série de funções como a preservação da qualidade e quantidade de água para consumo e geração de energia, a disponibilidade de recursos naturais para a produção de fármacos e cosméticos, a proteção de assentamentos humanos contra a ocorrência de desastres naturais, a conservação de recursos, entre outros benefícios, usufruídos por grande parte da população, e também para as famílias

residentes dentro dessas unidades, as quais podem usufruir de forma sustentável toda a riqueza ambiental ali existente (MANETTA *et al.*, 2016).

Antes mesmo de ser aprovada a Lei do SNUC, na década de 1990, o Conselho Nacional do Meio Ambiente através da resolução do CONAMA 013/90 (BRASIL, 1990) regrou, a partir de preocupações com o entorno as ações e o licenciamento de atividades nessas áreas externas das Unidades de Conservação. Desde então, foram criadas de forma legal, as “Zonas de Amortecimento”, definidas conforme a Lei 9.985/2000 (BRASIL, 2000) como “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000) estabeleceu como instrumentos para a gestão das unidades, o plano de manejo que se caracteriza como um documento técnico, elaborado a partir dos objetivos da unidade de conservação, e estabelece o zoneamento, assim como as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais. E ainda, a formação de Conselhos Gestores com caráter consultivo ou deliberativo, é um instrumento, que se caracteriza como um mecanismo de fortalecimento da gestão participativa, com representação de organizações da sociedade civil local (MAGALHÃES *et al.*, 2010).

A mesma lei determina que o Plano de Manejo deva abranger, além da área da Unidade de Conservação (UC), a sua Zona de Amortecimento (ZA) e os Corredores Ecológicos (CE) associados a ela (ICMBIO, 2011).

Segundo o IBAMA (1999), para a criação dessas Unidades de Conservação exige-se o estabelecimento de regulação nos usos do solo em suas proximidades, as chamadas zonas de amortecimento, área de transição ou efeito de borda, dentro das quais é imposta uma série de restrições, desde o tipo de cultivo até a construção de empreendimentos como usinas hidrelétricas.

As iniciativas de integração das Unidades de Conservação com a população do entorno deveriam ocorrer desde a criação, implementação, elaboração do plano de manejo, implementação da gestão para valorizar a compreensão dos benefícios

provenientes de sua existência. Participando nas decisões, os indivíduos sentem-se contemplados, evitando ou minimizando possíveis conflitos que possam surgir em decorrência da impossibilidade de uso dos recursos naturais que anteriormente utilizavam (BRITO, 2003).

A eficiência desse procedimento é ampliada quando considerada a capacidade de sustentação dos ecossistemas, em nível local e/ou regional, com base na valoração e na conservação dos recursos naturais, na busca pelo bem-estar humano, dentro de uma ética ecológica.

O relacionamento e ações integradas com o entorno são de extrema importância para a adequada gestão e proteção da unidade. A viabilidade da conservação depende da participação dos grupos sociais e agentes de Estado que, direta ou indiretamente, encontram-se envolvidos no processo de instituição de uma Unidade de Conservação (SEREIA *et al.*, 2014).

O planejamento e ordenamento no uso da biodiversidade no âmbito das FLONAs visam incentivar parceiros para a criação de novas áreas, ampliação da quantidade e qualidade das áreas de conservação já existentes, além de aumentar a capacidade de sustentação dos ecossistemas, em níveis local e regional, com base nos princípios de conservação dos recursos naturais (QUADROS, 2014).

As Unidades de Conservação são tanto fatos concretos quanto paradigmas (conjunto de ideias sobre as formas apropriadas de conservar/preservar a natureza), *locus* de práticas de grupos sociais e de exercício de poder (relações de poder e de controle territorial); e também institucionais que buscam regular comportamentos e organizar as relações sociais (COELHO *et al.*, 2009).

Especificamente a Floresta Nacional de Passo Fundo- FLONA-PF, inicialmente denominada de Parque Florestal José Segadas Viana, foi implantada em 1947 pelo Instituto Nacional do Pinho (INP), vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que representava, na época, os interesses dos produtores e exportadores de pinheiro brasileiro (*Araucaria angustifolia*) na região sul e sudeste do país.

O entorno da FLONA-PF, encontra-se influenciado por atividades antrópicas relacionadas à economia local, predominantemente agrícola. A Unidade está inserida entre os municípios de Mato Castelhana, Marau e Passo Fundo, sendo que o último faz parte da Zona de Amortecimento da UC. Com relação ao tamanho das propriedades, em 2012 nos três municípios prevaleciam as propriedades com área até 100 hectares. A situação do produtor é semelhante para os três municípios também: a maioria é proprietária da terra sendo as outras formas de posse, arrendamentos e parcerias, uma parcela pequena no total.

A Zona de Amortecimento da FLONA Passo Fundo possui área aproximada de 147 km² e um perímetro aproximado de 58 km. O limite proposto da ZA abrange áreas dos municípios de Mato Castelhana (80%) e Marau (20%). Para ajuste dos limites foi excluída a área urbana do município de Mato Castelhana, somado ainda um afastamento para possibilitar sua expansão futura. A ZA representa a área de maior interface ambiental com a UC e de potencial de influência à esta. O limite da ZA ainda não foi aprovado por instrumento jurídico próprio.

Segundo o ICMBio (2011) o objetivo geral da ZA é minimizar os impactos negativos do entorno sobre a Unidade. Seus objetivos específicos são:

- a) Promover a conectividade entre a FLONA e os fragmentos de Floresta Ombrófila Mista existentes na região aumentando a viabilidade genética.
- b) Proteger as nascentes e os cursos d'água que drenam para a FLONA Passo Fundo.
- c) Buscar a adequação ambiental das propriedades rurais localizadas na Zona de Amortecimento, principalmente no que se refere à área de preservação permanente e às reservas legais, conforme a legislação vigente.
- d) Estabelecer a área sujeita à autorização do ICMBio para o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar a UC, de acordo com a legislação vigente.

As **normas para a Zona de Amortecimento** da FLONA Passo Fundo são as seguintes:

PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA ZONA DE
AMORTECIMENTO ACERCA DE SUA RELAÇÃO COM A
FLORESTA NACIONAL DE PASSO FUNDO, BRASIL

- 1) A queima controlada na ZA só poderá ser autorizada se observada a legislação pertinente que trata deste assunto e tomados os devidos cuidados para não causar impactos sobre a Unidade e os fragmentos de Floresta Ombrófila Mista aí presentes.
- 2) Os empreendimentos que sejam potencialmente poluidores ou degradadores, de acordo com o grau de impacto, serão objeto de autorização do ICMBio no processo de licenciamento, de acordo com a legislação vigente.
- 3) A criação de espécies nativas e exóticas da fauna fica condicionada à autorização do ICMBio, podendo ser permitida mediante termo de compromisso do empreendedor de adotar medidas adequadas para evitar a contaminação biológica da FLONA. Excluem-se a criação de bovinos, suínos e aves comumente existentes na região, cujas atividades são licenciadas pela FEPAM, órgão ambiental estadual competente.
- 4) O estabelecimento e a permanência de quaisquer ambientes para criação de espécies íctias exóticas, com fins comerciais ou esportivos, podem ser permitidos mediante termo de compromisso do empreendedor de adotar medidas adequadas para evitar a contaminação biológica dos cursos d'água.
- 5) Será proibida a supressão de vegetação nativa nos estágios médio e avançado de regeneração, ou vegetação primária, de acordo com a legislação vigente. [...]
- 9) As distâncias de exclusão de plantios de transgênicos poderão ser ampliadas ou reduzidas mediante pareceres técnicos da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e novos regramentos definidos em lei ou por órgãos competentes.
- 10) As atividades agropecuárias deverão adotar práticas conservacionistas do solo e da água recomendadas pelos órgãos oficiais de pesquisa e de extensão rural.[...]
- 12) Deverão ser adotadas medidas de recuperação e estabilização da área de servidão das estradas. Quando for necessária a recuperação da área, deverão ser utilizadas, preferencialmente, espécies nativas.
- 13) O uso de agrotóxico na ZA deve obedecer às normas nacionais, estaduais e municipais vigentes, devem ser observadas as instruções fornecidas pelo fabricante e pelo responsável técnico quanto à utilização/aplicação, às condições de segurança, bem como à destinação correta das embalagens.**
- 14) Não será permitida a aplicação de agrotóxicos por aeronaves, em uma faixa de 3 km em projeção horizontal, a partir do limite da FLONA, quando esta incidir sobre a ZA, exceto em casos de surtos de pragas e doenças quando não existir outra alternativa viável, mediante laudo técnico especializado, com autorização prévia do ICMBio**
- 15) As obras e atividades decorrentes do Plano de Uso e Conservação do Reservatório da *Usina Hidrelétrica Capingüí*, localizadas na ZA, serão objeto de autorização prévia do ICMBio. (ICMBio, 2011, p.22)

O Plano de Manejo da Flona-PF vigente prevê uma faixa 500 metros proibindo o plantio de organismos geneticamente modificados. Porém a Zona de Amortecimento (ZA) definida no plano de manejo não está oficializada em decreto presidencial, não tendo validade legal (ICMBio, 2011).

2.2 *Sustentabilidade em áreas protegidas*

Existem diversas discussões pertinentes a conceituação/caracterização dos termos sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, que foram ocorrendo no decorrer do tempo, visando à obtenção do bem-estar humano e do meio ambiente em longo prazo através da gestão do sistema ambiental humano (FEIL, SCHREIBER, 2017).

O termo sustentável teve sua origem no idioma alemão “Nachhaltend” ou “Nachhaltig” (longevidade) do livro *Lyra*, de Carlowitz, em 1713, em francês “durabilité” (durável) e em holandês *duurzaamheid* e *Duurzaam* (sustentável) (HOFER, 2009). Nessa direção, o termo refletia uma possível solução da escassez dos recursos naturais na antiguidade, vindo a consolidar-se no decorrer do tempo na cultura humana, como forma de preservar esses recursos continua e perpetuamente. De acordo com Grober (2007) a ideia de sustentabilidade não é um movimento moderno, ele vem se construindo ao longo do tempo na construção de uma forma de pensar e de agir na sociedade, pelo menos a três séculos.

O que motivou o surgimento da discussão acerca da sustentabilidade foram principalmente as crises de energia desde a antiguidade (SCHLÖR *et al.*, 2012). Esse surgimento esteve vinculado no resgate dos aspectos ambientais impactados pela ação antrópica, apresentando na época reflexos positivos na economia e na sociedade (BOLIS, MORIOKA e SZNELWAR, 2014). Evidencia-se com isso, que as primeiras discussões acerca da sustentabilidade foram ganhando espaço a partir da percepção sobre as fontes energéticas e recursos naturais, ou seja, que estavam relacionadas com os humanos e meio ambiente, especificamente aos, a problemas impactantes da relação entre ecologia global e desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, compreendeu-se que a sustentabilidade estava relacionada com a resiliência global a partir da integração ambiental humana enquanto sistema indissociável, e para isso era necessário manter a sua qualidade em um nível que considerasse as alterações dinâmicas com as variáveis ao longo do tempo (BELL e MORSE 2008, MOLDAN *et al.* 2012, SARTORI *et al.* 2014). Dessa forma, a

sustentabilidade deve ser vista através do conjunto de três tipos de interesses em equilíbrio, envolvendo os aspectos ambientais, econômicos e sociais. Faber, Jorna e Van Engelen (2005) corroboram afirmando que a sustentabilidade deve ser vista como um equilíbrio e suas interações mútuas entre o homem e seu ambiente de apoio, sem que um prejudique o outro.

É preciso considerar ainda que o desenvolvimento sustentável teve sua definição consolidada a partir da publicação do livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson no ano de 1962, em que chamou atenção para a necessidade de proibir o uso do DDT (Dicloro-difenil-tricloro-etano) e instigou mudanças revolucionárias nas leis que diziam respeito ao meio ambiente e ao uso indiscriminado de agrotóxicos que além de contaminar o meio ambiente, eram as possíveis causas de muitas doenças em humanos. Brown (1981) já relacionava a ideia de desenvolvimento sustentável à uma sociedade que poderia satisfazer as suas necessidades sem comprometer as chances de sobrevivência das gerações futuras” (BROWN, 1981).

Nesse entendimento, a sociedade passa a ser vista não somente como a civilização humana, mas como um conjunto complexo de aspectos ambientais, sociais e econômicos. Essas discussões e conceitos iniciais foram utilizadas primeiramente no Relatório Brundtland, em 1987, como forma de conceituar o desenvolvimento sustentável (FEIL, SCHREIBER, 2017).

Posteriormente, o termo desenvolvimento sustentável tornou-se mais popular e muito utilizado nas décadas de 1980 e 1990 (PISANI, 2006). Sua divulgação mundial ocorreu em 1987, por meio do relatório da Comissão de Brundtland (GROBER, 2007), que desencadeou, no início da década de 1990, maior atenção e preocupação com as legislações ambientais, bem como de acordos internacionais que, além promoveram o conhecimento do perfil das alterações ambientais, assim como, impulsionaram a mudança da política global (ADAMS, 2006).

Na Rio-92, realizada no Brasil, a preocupação teve como foco a manifestação e realização de um esforço para reconhecer e compartilhar as responsabilidades dos países envolvidos, objetivando modificar as tendências dos impactos negativos sobre os recursos

naturais. Posteriormente, as conferências realizadas em 2002 (Rio +10) e 2012 (Rio +20) preocuparam-se em retomar e reforçar as discussões e os compromissos assumidos frente à questão da sustentabilidade pelos setores privado e público; bem como a criação de estratégias voltadas para a pobreza, a justiça social e ao crescimento e desenvolvimento econômico (FEIL, SCHREIBER, 2017).

A sustentabilidade é futura, uma visão de longo prazo, e deve estabelecer mudanças nos padrões de consumo, nos métodos de uso da terra, na preservação da produtividade (qualidade) do solo, entre outras. A sustentabilidade é a prova de que se está evoluindo, refere-se sempre a uma medida posterior, pois a avaliação está no futuro (GLIESSMAN, 2005). A sustentabilidade também tem a característica de ser relativa, sendo uma comparação entre objetos situados no mesmo tempo, ou em tempos diferentes.

No entanto, o desenvolvimento sustentável torna-se um acesso para atingir a sustentabilidade, sendo esta considerada o alcance final de longo prazo (HOVE, 2004). Assim, a sustentabilidade torna-se um objetivo final planejado a partir de critérios científicos, que tem capacidade de mensurar e acompanhar os resultados gerados pela utilização de estratégias do desenvolvimento sustentável. Assim, para elevar o nível de qualidade da sustentabilidade de um determinado sistema global, é necessário partir do processo de desenvolvimento sustentável (FEIL, SCHREIBER, 2017).

Para Oliveira e Pires (2011), a definição mais aceita para o termo desenvolvimento sustentável é que este consiste em um processo de transformação em que a “exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. Numa sociedade sustentável o progresso é medido pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo) ao invés de pelo puro consumo material.

De acordo com Valle (2004), desenvolvimento sustentável significa atender às necessidades da geração atual sem comprometer o direito de as futuras gerações atenderem a suas próprias necessidades. O desenvolvimento sustentável deve, portanto,

assegurar as necessidades econômicas, sociais e ambientais, sem comprometer o futuro de nenhuma delas.

A questão da sustentabilidade ressalta diversas percepções acerca dos múltiplos aspectos. A palavra sustentabilidade gera diferentes conceitos para diferentes tipos de pessoas, políticos, estudantes, agricultores, membros da comunidade, cada pessoa tem uma maneira diferente de enxergar como a sustentabilidade influencia em sua vida, isso é fruto das diferentes necessidades que cada indivíduo possui, tendo em vista que a forma de perceber a natureza e as relações construídas são variadas (AZEVEDO, 2002).

Para Carvalho e Nodari (2007), a sustentabilidade deve ser entendida com base em dois enfoques complementares, o sistêmico e o gerencial, o sistêmico visa à inserção política, a credibilidade e o fortalecimento da base social das organizações. Já o gerencial focaliza os desafios da gestão e as condições de eficiência das organizações.

2.3 Percepção Ambiental

A percepção ambiental originou estudos de como determinados grupos sociais e étnicos definem limites e preferências espaciais, refletindo, num sentido mais amplo, na sua postura e conduta frente ao meio que se lhe apresenta. Portanto, o valor da percepção é essencial quando se pretende buscar soluções para determinadas situações de degradação ambiental, pois, antes de tudo, elas preparam os homens para compreender a si mesmos. “Sem a auto-compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos” (TUAN, 1980; MUCELIN; BELLINI, 2008, p.116).

Observa-se, deste modo, que os referidos estudos são de fundamental importância, de acordo com Oliveira e Corona (2008), devido à oportunidade de conhecer cada um dos grupos envolvidos, tornando factível e facilitado o trabalho com raízes locais, partindo-se da realidade do público alvo para detectar a percepção que eles próprios têm do meio em que convivem.

Os estudos da percepção ambiental são de fundamental importância para compreender as inter relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas em relação ao espaço onde está inserido. Desse modo, fornecem subsídios para o estabelecimento de estratégias para amenizar os problemas socioambientais e para a elaboração e implementação de Programas de Educação e Comunicação Ambiental, que assegurem a participação social e o envolvimento dos distintos atores nos processos de gestão ambiental (VASCO e ZAKRZEWSKI, 2010).

A utilização da percepção ambiental como instrumento de gestão e conservação ambiental começou a ser destacada ainda na década de 60. Mais tarde, em 1973, foi destacada pela UNESCO (1973), a importância do estudo da percepção no auxílio do planejamento do meio ambiente, considerando que ela se constitui em uma dificuldade para a proteção ambiental, visto a existência de distintas percepções, as quais variam conforme a cultura ou o grupo socioeconômico dos indivíduos, que realizam diferentes funções e, portanto, apresentam diferentes valores em relação ao meio (REIS, COSTA, 2017).

No Brasil, o destaque para o desenvolvimento de trabalhos pertinentes a essa área do conhecimento ocorreu a partir dos anos 70, e no ano de 2002 o curso de Engenharia de Produção Civil da Faculdade Brasileira, localizada no Estado do Espírito Santo, criou o Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental – NEPA, que vem desenvolvendo pesquisas com segmentos da sociedade (RODRIGUES *et al.* 2012).

Os estudos que se baseiam na percepção ambiental propõem que não só a relação entre homem e meio ambiente seja estudada, mas também que perspectivas em pesquisas científicas, sociais ou políticas sejam elucidadas através da utilização deste conceito (PACHECO E SILVA, 2006), promovendo inclusive a sensibilização e compreensão do meio ambiente a partir do desenvolvimento de um sistema de percepção (RODRIGUES *et al.* 2012).

O estudo da Percepção Ambiental contribui para a gestão da UC, auxiliando na administração de conflitos, no planejamento, na Educação Ambiental e na elaboração de políticas ambientais (SHINAISHI, 2010).

Miranda e Souza (2011) explicam que a abordagem objetiva do meio ambiente, apesar de contribuir para o seu conhecimento sob o ponto de vista da racionalidade científica, tem se mostrado insuficiente para provocar mudanças significativas na conduta do homem, em termos ambientais. Logo, o estudo da subjetividade, por meio da percepção ambiental, é de fundamental importância para compreender melhor a inter-relação entre os indivíduos e o meio ambiente, bem como suas expectativas, satisfações, julgamentos e condutas.

Segundo Rodrigues *et al.* (2012), em um cenário em que tanto se fala sobre gestão ambiental compartilhada, a percepção se torna um instrumento de apoio para o poder público e gestão ambiental, uma vez que permite o entendimento da realidade social. A compreensão das especificidades de cada comunidade torna possível estabelecer programas de educação ambiental voltada às necessidades locais.

Dessa forma, para compreender tal relação (entre o homem e a natureza) torna-se de fundamental importância conhecer como cada indivíduo percebe e responde às várias manifestações do meio ambiente. Embora a percepção seja um processo pessoal, o indivíduo não age isoladamente num determinado ambiente, mas de forma coletiva e faz parte de um grupo com comportamentos e características geralmente semelhantes (MIRANDA, SOUZA, 2011).

A investigação das semelhanças e diferenças entre valores e significados por vários indivíduos, fenômenos sociais e ambientais, mostra-se de extrema importância, uma vez que as formas de compreender a natureza e suas relações com o mundo não humano se diferem entre culturas e momentos históricos (DIAS, MOTA, 2015).

Assim, estabelece-se a ligação entre a percepção e as questões ambientais, onde o conhecimento em torno de fenômenos origina respostas ou manifestações que são decorrentes de uma construção de valores e concepções advindos de percepções

individuais e coletivas e que tem reflexo no espaço geográfico no qual os sujeitos estão inseridos (SANT'ANNA *et al.*, 2012; MENEZES, BETOSI, 2011)

O estudo da percepção ambiental está ligado não só a compreensão do conhecimento de uma população acerca do ambiente que a cerca, quanto ao entendimento da situação do desenvolvimento de política públicas regionais que enfatizam as questões ambientais e as necessidades de uma população (REIS, COSTA, 2017).

As percepções das pessoas que moram no entorno de uma UC servem como embasamento no planejamento de efetivos programas de EA nessas áreas. A pesquisa e estudo das visões, significados, interpretações e usos que a população propõe para uma determinada UC permite planejar as atividades que devem ser desenvolvidas para aumentar a consciência de preservação sobre esses espaços.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, procurou-se conhecer se as relações que envolvem a zona de amortecimento da Floresta Nacional de Passo Fundo e a comunidade, no sentido de proporcionar perspectivas para articular ações que venham ao encontro do plano de manejo e dos interesses da população do entorno de UCs que possuam restrições/conflitos. Nesse sentido, foi possível identificar a percepção dos moradores e suas relações com a UC, evidenciando-se a partir do olhar deles, que atualmente não existe uma relação harmônica e dialógica entre os envolvidos.

Em muitas falas, evidenciou-se que já existiu uma relação de boa convivência entre os atores, quando a administração era realizada por outros profissionais, que buscavam a participação da comunidade nas atividades relacionadas a UC.

No entanto, apesar de ter sido referenciado pelos participantes que os conflitos atuais são de responsabilidade da gestão atual, foi possível identificar que esse processo teve maior intensidade a partir da implementação da restrição para o plantio de transgênicos, e mais recentemente com a redução da faixa de restrição para 500 metros, passando a configurar repetidas situações de conflitos, enfrentamento, tumultos, afastamento da comunidade e sentimento de não pertencimento ao local em razão da não participação e falta de espaço para dialogar com os administradores.

É preciso considerar ainda que apesar dos participantes, especialmente da zona rural, terem declarado a participação no processo de revisão do Plano de Manejo da FLONA, esse processo, segundo eles, ocorreu apenas no sentido de informar o que seria realizado, principalmente relacionado as restrições. Na realidade, não se evidenciou nessas oportunidades a gestão participativa da comunidade, e é desse aspecto que eles declararam sentir falta, porque não foram ouvidos, não puderam expressar suas angústias, dúvidas e anseios de como iriam trabalhar e viver a partir de então.

O conflito foi se agravando, de acordo com os entrevistados, na medida em que perderam os espaços de discussão e criação de estratégias de envolvimento e desenvolvimento da comunidade. Eles percebem também, que foram chamados não para serem envolvidos na discussão, na definição dos objetivos, das metas, das decisões e do controle das ações para a solução dos problemas a serem enfrentados, mas para dar efetividade a reunião, apenas como ouvintes.

Apesar dessa questão, os participantes tem uma visão positiva em relação a existência da FLONA na comunidade, a maioria dos entrevistados da zona rural, reside no local em período superior há trinta anos, e além de ter participado do processo de implantação da floresta, acompanharam e declararam conservá-la em razão da importância que esta tem para a preservação da biodiversidade ambiental.

Em diversos momentos das entrevistas, identificou-se que o processo de implantação da unidade de conservação se deu alheia à comunidade, em um processo isolado, não teve envolvimento dos moradores que sempre participam das atividades promovidas pelas escolas, igrejas e associações do município. Acredita-se que esse processo precisa ser reconstruído com o envolvimento da população do entorno, pois essas pessoas possuem um envolvimento afetivo pela área protegida, pelo local onde vivem e isso foi transmitido entre as gerações, despertando a empatia e o cuidado.

Através do estudo, privilegiou-se a abordagem da percepção ambiental trazendo para a discussão um componente importante para a compreensão das relações sociedade e ambiente, no contexto estudado. A percepção ambiental esteve ligada aos processos históricos e socioculturais da população do entorno, e foi construída sobre as vivências coletivas e as experiências de cada pessoa em particular, como relatado em outras unidades de conservação. Mesmo que tenha sido percebido que a fala dos entrevistados se repetia e de certa forma, estava associada às informações que eles tinham advindas do modelo dominante de produção agrícola, cada um manifestou sua visão de mundo e o seus sentimentos com relação a situação atual. Então, a partir da relação com o entorno, se formou um conjunto subjetivo de entendimentos, ou seja, os valores

ambientais e estes, por sua vez, permitiram a interpretação do viver e agir no e com o ambiente.

A partir da avaliação da percepção ambiental, foi possível compreender os comportamentos socioambientais desses grupos (zona rural, zona urbana e Orla da Barragem) e verificar a necessidade de planejamento de ações de gestão que permitam o envolvimento desses grupos na conservação da biodiversidade e a promoção da sustentabilidade regional.

Nesse processo, torna-se urgente a implementação de projetos de Educação Socioambiental e de desenvolvimento rural sustentável relacionados com a comunidade do entorno, para que esses possam participar efetivamente no ambiente em que estão inseridos. A partir de então, será possível repensar a construção de uma nova relação entre a comunidade que potencializa a presença da FLONA como positiva e importante para a região, e os gestores, que poderão promover uma relação emancipatória e dialogal com os moradores, observando suas percepções e visões de mundo que podem contribuir significativamente para a melhoria do relacionamento no local.

Para concluir, é importante retomar que a população do entorno, participante do estudo, se caracterizou em grande parte pelos moradores da zona rural (47%), da zona urbana (24%), da Orla da Barragem (17%) e outros (12%) que tem casas de lazer porém não residem na área da barragem. Os participantes tem uma percepção socioeconômica e ambiental da sustentabilidade, ainda que essa tenha sido atribuída muitas vezes à questão econômica, percebem a importância da preservação do meio ambiente e sentem falta de uma relação mais ativa dos gestores da FLONA com a comunidade.

No entanto, revelaram adotar posturas de conservação e preservação do meio ambiente, através da separação do lixo, do cuidado e preocupação com as nascentes que tem em suas propriedades, e até mesmo, quando revelaram preocupação com a poluição causada pelo plantio e uso de agrotóxicos em maior escala na produção de sementes convencionais (representada pela informação que possuem do modelo dominante e não pelo conhecimento científico).

Da mesma forma, os produtores rurais percebem a necessidade de realização de estudos na área do entorno, em que tem sido adotado o plantio convencional desde o ano de 2008, pois tem percebido que o solo tem se tornado cada vez menos produtivo, em decorrência do manejo adotado e da utilização dos insumos que envolvem esse processo de produção.

Diante de todo cenário apresentado no estudo, verifica-se a necessidade de implementação de estudos e projetos que venham a corroborar para o fortalecimento da participação da comunidade local, assim como, no caso dos agricultores, da agricultura familiar, a partir de alternativas de produção que venham a promover o desenvolvimento econômico das famílias, para que tenham acesso a outras formas de produção, menos agressivas ao meio ambiente, que sejam economicamente viáveis para o local e que promovam a inserção da comunidade no meio em que vivem.

Como alternativa, é possível sugerir a implementação de um projeto turístico ecológico entre a FLONA, as propriedades rurais e a Orla da Barragem, no município, para que sejam comercializados produtos que são produzidos nas propriedades (leite, queijos, geleias, embutidos, ervas medicinais, compotas, cafés coloniais), e que sejam incentivadas as práticas de produção orgânica ou a agroecológica, tornando-se mais atrativa para os visitantes que tem esse olhar voltado para as formas conscientes de manejo ambiental, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ADAMS, W. M. **The Future of Sustainability: Re-Thinking Environment and Development in the Twenty-First Century**. Gland, Switzerland: World Conservation Union, 2006.

AZEVEDO, R. A. B. A sustentabilidade da agricultura e os conceitos de sustentabilidade estrutural e conjuntural. **Revista Agricultura Tropical**. Cuiaba, v.6, n.1, p. 9-42, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

BECKER, B. Prefácio In: GUERRA, A.J. e COELHO, M.C. (Orgs). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BELL, S.; MORSE, S. **Sustainability Indicators: Measuring the Immeasurable?** London, UK: Earthscan Publication, 2008.

BEZERRA, T. M. O.; GONÇALVES, A. A. C. Concepções de meio ambiente e educação ambiental por professores da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão-PE. **Biotemas**. v. 20, n.3, p.115-125, 2007.

BOLIS, I.; MORIOKA, S. N.; SZNELWAR, L. I. When sustainable development risks losing its meaning. Delimiting the concept with a comprehensive literature review and a conceptual model. **Journal of Cleaner Production**, v. 83, p. 7-20, 2014..

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Brasília, Diário Oficial da União, 2000.

BRASIL. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP**. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. **Gestão participativa do SNUC**, Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 205p., 2004.

BRASIL, Decreto Federal n.º 5.950, de 31 de outubro de 2006. Estabelece os limites para o plantio de Organismos Geneticamente Modificados nas áreas que circundam as Unidades de Conservação. **Diário Oficial da União**, 2006.

BRITO, M.C.W. de. **Unidades de conservação: intenções e resultados.** São Paulo: Annablume: FAPESP, 2003.

BROWN, L. **Building a Sustainable Society.** Washington, DC: World watch Institute, 1981.

CALANDINO, D. **Influência da participação social na conservação da biodiversidade em unidades de conservação brasileiras.** Tese (Doutorado- Centro de Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

CÂMARA, I. de G. A política de unidades de conservação – uma visão pessoal. In M. S. Milano (Org.), **Unidades de conservação: atualidades e tendências** (pp.163-169). Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

CARVALHO, E.B. de; NODARI, E.S. **Rememorar o sertão: a percepção ambiental de lavradores no sertão paranaense.** 2007.

COELHO, M.C.; CUNHA, L.H.; MONTEIRO, M.A. Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A.J.; COELHO, M.C. (Org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009

CUNHA, J.A.S.; et.al. O papel do produtor e sua percepção de natureza como fator preponderante para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental.** Ed. Especial Impressa - Dossiê Educação Ambiental, jan/jun, 2014.

CUNHA, A.S.; LEITE, E.B. Percepção Ambiental: implicações para a educação ambiental. **Sinapse ambiental**, 2009.

DAL SOGLIO, F.; KUBO, R.R. **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade.** SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016

DIAS, O.A., MOTA, N. D. Percepção Ambiental em Comunidades Rurais Circundantes a uma Reserva Particular do Patrimônio Natural. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria**, v. 19, n. 2, mai - ago. 2015, p. 1153-1161

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** v. 3. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. **Sociedades e comunidades sustentáveis.** São Paulo: USP/NUPAUB, 2003.

FABER, N.; JORNA, R.; VAN ENGELEN, J. The sustainability of “sustainability”. A study into the conceptual foundations of the notion of “sustainability”. **J. Environ. Assess. Policy Manag.**, v. 7, p. 1-33, 2005.

FEIL, A.A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 3, Artigo 7, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, Janete; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas [Saturation sampling in qualitative health research: theoretical contributions]. **Cad saúde pública**, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

GANEM, R. S. **Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010, 437p.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3. ed. UFRGS. Porto Alegre, 2005.

GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Revista Saúde e Sociedade**, 13(2), 20-31, 2004.

GROBER, U. Deep Roots: A Conceptual History of “sustainable Development” (Nachhaltigkeit). **Discussion papers, Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung**. Berlin: WZB, 2007.

HEINEMANN, J.A.; *et al.*. Sustainability and innovation in staple crop production in the US Midwest. **International Journal of Agricultural Sustainability**, v. 12, n. 1, p. 71-88, 2014.

HOFER, R. History of the Sustainability Concept – Renaissance of Renewable Resources. In: HOFER, R. **Sustainable Solutions for Modern Economies**. Londres: Royal Society of Chemistry, 2009.

HOVE, H. Critiquing Sustainable Development: A Meaningful Way of Mediating the Development Impasse? **Undercurrent**, v. 1, n. 1, p. 48-54, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Cidades: Mato Castelhana**, 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/mato-castelhana/panorama>. Acesso em: 15 out. 2017.

ICMBio. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Passo Fundo**. Florianópolis: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2011.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

LOPES, K. C.S. A.; BORGES, J.R. P.; LOPES, P.R. Percepção ambiental de agricultores familiares assentados como fator preponderante para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta, 6 (2) p.1-5, 2011.

MAGNANINI, A. Política sobre as unidades de conservação – dificuldades e sucessos no pensamento de Alceo Magnanini. In M. S. Milano (Org.), **Unidades de conservação: atualidades e tendências** (pp. 151-160). Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

MAGALHÃES, H., BONONI, V. L. R., & MERCANTE, M. A. Participação da sociedade civil na gestão de unidades de conservação e seus efeitos na melhoria da qualidade ambiental da região Sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 32, n. 2, p. 183-192. 2010.

MANETTA, B. R., BARROSO, B., ARRAIS, T., NUNES, T. Unidades de Conservação. **Engenharias On-line**, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2016.

MARQUES, C.B.; SANTOS, C.H.S. Políticas públicas para pensar no desenvolvimento de um sítio local – um modelo. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, Nº25-26, APDR, p.107-120, 2011.

MATO CASTELHANO. **Prefeitura Municipal**. Secretaria da Fazenda. Documentos impressos. 2017.

MENEZES, J.P.C.; BERTOSSI, A.P.A. Percepção Ambiental dos produtores agrícolas e Qualidade da Água em propriedades rurais. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, FURG-RS, v. 27, jul./dez. 2011.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos no Brasil**, 2015. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/205/_publicacao/205_publicacao03022011100749pfd>. Acesso em: fev. 2018.

MIRANDA, N. M.; SOUZA, L.B. Percepção ambiental em propriedades rurais: Palmas (TO), Brasil. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 10, p. 171-186, 2011.

MOLDAN, B. et al. How to understand and measure environmental sustainability: Indicators and targets. **Ecological Indicators**, v. 17, p. 4-13, 2012.

MOURA, L.C.M. A questão dos transgênicos e a sustentabilidade da agricultura. **Estudos**, Goiânia, v. 36, n. 11/12, p. 1231-1240, nov./dez. 2009

MUCELIN, C. A.; BELLINI, M. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ambiente urbano. **Revista Sociedade & Natureza**, v.20, 2008, p.111-124.

NOE, E.; HALBERG, N.; REDDERSEN, J. Indicators of biodiversity and conservation wildlife quality on Danish organic farms for use in farm management: a multidisciplinary approach to indicator development and testing. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**. v.18, p.383-414, 2005.

OLIVEIRA, M.A.S.; PIRES, P.S. Uso público nas reservas particulares do patrimônio natural - convergência entre turismo e conservação ambiental no Brasil. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 116-134, set./dez. 2011

OLIVEIRA, K. A.; CORONA, H. M. P. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **Anap Brasil**, v.1, n.1, 2008, p.53-72.

PACHECO, E.; SILVA, H.P. **Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental**. 2006. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/EserPacheco.pdf>. Acesso em: 22/01/2017

PEREIRA, V.C. Agrobiodiversidade ameaçada: os direitos dos agricultores e os riscos da contaminação transgênica. In: DAL SOGLIO, F.; KUBO, R.R. **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 75-92.

PEREIRA, B.E.; DIEGUES, A.C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 22 (37-50), jul./dez. 2010.

PISANI, J. A. Sustainable development – historical roots of the concept. **Environmental Sciences**, v. 3, n. 2, p. 83-96, 2006.

QUADROS, F.R. **Caracterização e análise da fragilidade ambiental da floresta nacional de Passo Fundo (Mato Castelhano, RS)**. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2014.

QUEIROZ, E.D. Reflexões sobre possibilidades e desafios para a sustentabilidade socioambiental em Unidades de Conservação a partir de ações de educação ambiental.

VII EPEA - **Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio Claro - SP, 07 a 10 de Julho de 2013.

RAMOS, A. As unidades de conservação no contexto das políticas públicas. In: WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas. **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. Org. Maria Olatz Cases. WWFBrasil, Brasília, 396p, 2012.

REIS, D.I.; COSTA, C.J. percepção e comportamento socioambiental: a conservação e recuperação dos recursos hídricos com a preservação e recuperação ciliar, encostas e banhados. In: GANZER, A.A. et al. **Educação ambiental e meio ambiente em pauta [recurso eletrônico]**. Novo Hamburgo: Feevale, 2017.

RODRIGUES, M.L. *et.al.* A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. **Saúde soc.** vol.21 supl.3 São Paulo Dec. 2012

SANT'ANNA, M. A. de C. M. *et al.* Percepção da legislação pelos pequenos proprietários rurais da micro bacia hidrográfica do Córrego do Grama, município de Coimbra/MG. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 23, n.1, p. 65-100, 2012.

SANTOS, C.F.; SIQUEIRA, E.S.; ARAÚJO, I.T.; MAIA, Z.M.G. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVII, n. 2 n p. 33-52 n abr.-jun. 2014

SANTOS, A.M.dos.; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 39-48, jan./jun. 2012.

SARTORI, S. et al. Sustainability and sustainable development: A taxonomy in the field of literature. **Ambiente & Sociedade**, v. XVII, n. 1, p. 1-20, 2014.

SCHLÖR, H. et al. The history of sustainable development and the impact of the energy system. **International Journal of Sustainable Society**, v. 4, n. 4, p. 317-35, 2012.

SEREIA, D. A. O.; DIAS, E. S.; CUNHA, J. E. da. Restrições do uso da terra na zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu – Paraná. **Ambiência Guarapuava (PR)**. 10(2), 597 – 612, 2014.

SHINAISHI, J. C. Percepção Ambiental Sobre a Reserva Biológica da Contagem - DF. In: V ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2010, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis: ANPPAS, 2010.

SILVA, J. M. C.; *et al.* Educação e conservação da biodiversidade: uma escolha. In: CERATI, T. M.; LAZARINI, R. A. M. A pesquisa-ação em educação ambiental: uma experiência no entorno de uma unidade de conservação urbana. **Ciência & Educação**. v.15, n.2, 2009, p.383-392.

SIQUEIRA, L.V.; ZUÑIGA, S.M. Educação do campo: um caminho para a sustentabilidade. In: DAL SOGLIO, F.; KUBO, R.R. **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 145-158.

TEIXEIRA, T.H.; *et al.* As Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Bioma Amazônico: Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**. 46, 2017, pp. 71-89

TOMA, L.; MATHIJS, E. Environmental risk perception, environmental concern and propensity to participate in organic farming programmes. **Journal of Environmental Management**, 83 (2), p.145–157, 2007.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores. São Paulo: Difusão Editorial S. A., 1980.

UNESCO. **Final Report Expert Panel on Project 13**: Perception on Environmental Quality. Programme on Man and the Biosphere (MaB). Paris: Unesco, 1973.

VALLE, C. E. **Qualidade Ambiental: ISO 14000**. 5 Ed. São Paulo/SP: SENAC, 2004.

VALLEJO, L.R. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas Públicas. In: **GEOgraphia**, Niterói, v. 4, n. 8, p. 57-78, 2002.

VASCO, A. P.; ZAKRZEWSKI, S. B. B. O Estado da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil. **PERSPECTIVA**, Erechim. v.34, n.125, p. 17-28, março/2010

ZANINI, A.M.; VENDRUSCOLO, G.S.; GONSALES, E.M.L. Relação das populações locais com as unidades de conservação: Floresta Nacional de Chapecó. In: VENDRUSCOLO, G.S.; CONFORTIN, A.C.; DICKMANN, I. **Percepção do meio ambiente**: o que pensam as pessoas sobre seu entorno? São Paulo: Ação Cultural, 2016.

ANEXOS

Anexo A. Termo de Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA ZONA DE AMORTECIMENTO ACERCA DE SUA RELAÇÃO COM A FLORESTA NACIONAL DE PASSO FUNDO- FLONA: HÁ CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE?

Pesquisador: JOANA RITA GALVAO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70391417.0.0000.5342

Instituição Proponente: Universidade de Passo Fundo/Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.189.995

Apresentação do Projeto:

Pesquisa de dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da UPF. A pesquisa aborda a percepção dos proprietários/moradores que estão situados dentro dos limites da Zona de Amortecimento da Floresta Nacional de Passo Fundo (FLONA), com relação ao processo produtivo e sustentabilidade; relação entre os proprietários e a Flona e, perspectiva da comunidade com relação a Flona.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral: Contribuir com as políticas nacionais para conservação em Unidades de Conservação.
Objetivos específicos: a) Registrar atividades nas propriedades relacionadas a sustentabilidade regional abordadas no Plano de Manejo; b) Descrever as percepções dos entrevistados sobre a unidade de conservação; e, c) Descrever aspectos socioambientais das propriedades estudadas.

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo

Bairro: Divisão de Pesquisa / São José

CEP: 99.052-900

UF: RS

Município: PASSO FUNDO

Telefone: (54)3316-8157

E-mail: cep@upf.br

Continuação do Parecer: 2.189.995

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto prevê riscos mínimos ocasionados por desconforto no momento da realização da entrevista. Prevê encaminhamento, bem como possibilidade explícita do participante interromper o procedimento de entrevista. Quanto aos benefícios, o projeto menciona aqueles indiretos decorrentes do potencial do estudo em aproximar os moradores com os objetivos da FLONA para a zona de amortecimento. O projeto salienta como benefícios a contribuição dos resultados da pesquisa para os conhecimentos da região, pertinente ao relacionamento das famílias que residem na zona de amortecimento da Floresta Nacional de Passo Fundo, com o planejamento das atividades da mesma.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa qualitativa, operacionalizada por meio de entrevistas semiestruturadas com até 30 proprietários/moradores situados dentro da zona de amortecimento da Flona. As entrevistas serão gravadas com anuência do participante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os direitos fundamentais dos participantes foram garantidos no projeto e no TCLE. O protocolo foi instruído e apresentado de maneira completa e adequada. Os compromissos do pesquisador e das instituições estavam presentes. O projeto foi considerado claro em seus aspectos científicos, metodológicos e éticos.

Recomendações:

Após o término da pesquisa, o CEP UPF solicita: a) A devolução dos resultados do estudo aos sujeitos da pesquisa ou a instituição que forneceu os dados; b) Enviar o relatório final da pesquisa, pela plataforma, utilizando a opção, no final da página, "Enviar Notificação" + relatório final.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, este Comitê, de acordo com as atribuições definidas na Resolução n. 466/12, do Conselho Nacional da Saúde, Ministério da Saúde, Brasil, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa na forma como foi proposto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	27/06/2017		Aceito

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo

Bairro: Divisão de Pesquisa / São José

CEP: 99.052-900

UF: RS

Município: PASSO FUNDO

Telefone: (54)3316-8157

E-mail: cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-



Continuação do Parecer: 2.189.995

Básicas do Projeto	ETO_939177.pdf	16:52:08		Aceito
Outros	declaracaopesquisanaoiniciada.pdf	27/06/2017 16:51:52	JOANA RITA GALVAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	09/06/2017 13:42:44	JOANA RITA GALVAO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOJOANA0906.docx	09/06/2017 13:40:00	JOANA RITA GALVAO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTOJOANA.docx	09/06/2017 13:39:14	JOANA RITA GALVAO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMAJOANA.docx	09/06/2017 13:38:20	JOANA RITA GALVAO	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	09/06/2017 13:15:06	JOANA RITA GALVAO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PASSO FUNDO, 27 de Julho de 2017

Assinado por:
Felipe Cittolin Abal
(Coordenador)

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo
Bairro: Divisão de Pesquisa / São José **CEP:** 99.052-900
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8157 **E-mail:** cep@upf.br

APÊNDICES

Apêndice A. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA ZONA DE AMORTECIMENTO DA FLONA E SUA RELAÇÃO COM A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: HÁ CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE?**” de responsabilidade da pesquisadora Joana Rita Galvão.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade em conhecer a percepção dos moradores acerca do desenvolvimento sustentável e, mais além, acerca da existência das unidades de conservação e da floresta nacional de Passo Fundo. Nesse intuito, esse trabalho tem como problemática estudo: descrever a percepção dos moradores acerca da Floresta Nacional de Passo Fundo- FLONA e sua contribuição para práticas ou sustentabilidade regional?

Para tanto, objetiva-se ((Re) conhecer as percepções dos moradores em relação a Floresta Nacional de Passo Fundo, assim como, realizar diagnóstico socioambiental das propriedades da zona de amortecimento da FLONA, registrando as atividades que são desenvolvidas nesses locais e que podem estar impactando a sustentabilidade regional. Da mesma forma, procurar-se-á também, caracterizar os usos e/ou “modelo produtivo” adotado pelas propriedades que estão localizadas no entorno da unidade de conservação; conhecer as práticas de conservação ambiental utilizadas pelos proprietários e para finalizar, descrever suas relações/percepções sobre a unidade de conservação.

Será realizado um estudo qualitativo, e a coleta de dados ocorrerá através da aplicação e um questionário estruturado que direcionará a conversa com os participantes. Essa conversa será gravada em gravador de áudio e, posteriormente, os dados serão transcritos, analisados e discutidos com a literatura consultada.

Caso, você se sentir um pouco de desconfortável no decorrer da pesquisa, em razão das técnicas de coleta de dados, a pesquisadora compromete-se em orientá-lo (a) da melhor maneira possível, esclarecendo os procedimentos da pesquisa e retomada das orientações relacionadas aos métodos. Para tanto, você pode interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, independente do motivo.

Ao participar da pesquisa, você estará contribuindo para os conhecimentos da região, pertinente ao relacionamento das famílias que residem na zona de amortecimento da Floresta Nacional de Passo Fundo, com o planejamento das atividades da mesma, assim como, as relações estabelecidas no decorrer dessa caminhada entre a população, os gestores e a FLONA.

Você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada a pesquisa e poderá ter acesso aos seus dados em qualquer etapa do estudo.

Sua participação nessa pesquisa não é obrigatória e você pode desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento.

Você não terá qualquer custo financeiro para participar da presente pesquisa e não receberá pagamento pela sua participação no estudo.

Os resultados da pesquisa serão divulgados através da publicação de artigos científicos em diversos meios de divulgação e revistas da área, mas você terá a garantia do sigilo e da confidencialidade da sua identificação.

Caso você tenha dúvidas sobre o comportamento dos pesquisadores ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE, e caso se considera prejudicado (a) na sua dignidade e autonomia, você pode entrar em contato com a pesquisadora Carla Denise Tedesco, ou com o curso de Pós-Graduação em Ciências Ambientais ou também pode consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da UPF, pelo telefone (54) 3316-8157, no horário das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque se nome no local indicado abaixo.

Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pelo pesquisador responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com o (a) pesquisador (a).

Passo Fundo, ____ de ____ de ____.

Nome do (a) participante: _____

Assinatura: _____

Nome do (a) pesquisador (a): _____

Assinatura: _____

Apêndice B. Termo de Compromisso para Utilização dos Dados



TERMO DE COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS

Título do projeto: “PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA ZONA DE AMORTECIMENTO DA FLONA E SUA RELAÇÃO COM A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: HÁ CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE?”

Pesquisador Responsável: Carla Denise Tedesco

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes do protocolo de pesquisa, cujos dados serão coletados através de entrevista estruturada com os moradores da zona de amortecimento da Floresta Nacional de Passo Fundo, localizada no município de Mato Castelhano e Marau– RS Concordam, igualmente, que essas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. Comprometem-se, igualmente, a fazer divulgação dessas informações coletadas somente de forma anônima.

Passo Fundo, ____ de _____ de ____.

Nome dos Pesquisadores	Assinatura
CARLA DENISE TEDESCO	
JOANA RITA GALVÃO	

Apêndice C. Roteiro de entrevista



PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO-AMBIENTAL

A) Primeira Categoria: Relação do processo produtivo e sustentabilidade dos moradores

01) Qual a principal função da propriedade

- Pecuária Agricultura Hortaliças
 Criação de peixes Lazer individual Lazer/recreação coletivo
 Pomar criação de animais de pequeno porte
 Madeira Extrativismo Apenas moradia

02) A propriedade é sua fonte de renda?

- sim não

03) Ela satisfaz suas necessidades?

- sim não

04) Possui maquinários/ implementos agrícolas?

- sim não Quais

B) Segunda Categoria: Relação entre os proprietários e a FLONA

01) Como é a relação da comunidade com os gestores da FLONA?

02) Quais os maiores problemas que identifica em relação a FLONA?

03) Você participou de algum projeto em conjunto com a FLONA?

04) A comunidade convive com restrições por causa da FLONA? Você conhece alguma?

05) Desde a criação da FLONA, a propriedade precisou mudar algum processo produtivo? Qual?

06) Você conhece os objetivos da FLONA?

C) Terceira Categoria: perspectiva da comunidade com relação a FLONA.

01) Por que você mora nessa comunidade?

02) Qual a importância da FLONA para si e para sua família?

03) Qual o fato mais marcante em relação à FLONA que você lembra?

04) O que lhe preocupa em relação à FLONA?

05) Na sua opinião a presença da FLONA, na região, é positiva, traz efeitos negativos ou é indiferente? Por quê?

D) Perfil sociodemográfico

1) Município: _____

ZONA URBANA ZONA RURAL

2) Sexo: Masculino Feminino GRUPO FAMILIAR

3) Faixa etária

35 a 45 anos 46 a 55 anos 56 a 65 anos

acima de 65 anos

4) Escolaridade

Ensino Fundamental incompleto Ensino Fundamental completo

Ensino Médio Incompleto Ensino Médio Completo

Ensino Superior Ensino Superior + Especialização

Mestrado Doutorado

5) Quanto tempo residem no lugar

10 a 15 anos 16 a 25 anos

26 a 35 anos Acima de 40 anos

6) Qual a área da propriedade

menor que dois módulos fiscais (chácara)

até quatro módulos fiscais- agricultura familiar

acima de quatro módulos fiscais

casa de lazer

7) Em relação a área é:

Proprietário Posseiro Arrendatário/ comodatário

Parceiro

08) Qual a fonte de água que serve a propriedade?

nascente poço artesiano cisterna

abastecimento urbano rio

09) Qual o destino do lixo e do esgoto da propriedade?

É feita separação é realizada coleta pela prefeitura

a propriedade é responsável pelo próprio destino queimada

composteira horta alimentação de animais

10) Utiliza agroquímico na propriedade? Com qual frequência? Como realiza o descarte das embalagens?

sim não _____

11) Qual é a origem dos alimentos consumidos?

Produção própria aquisição no comércio local

adquirida + produção própria outra



PPGCiAmb

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais
Instituto de Ciências Biológicas - ICB